

EUGENIA E EDUCAÇÃO: UMA LEITURA CRÍTICA DO *BOLETIM DE EUGENIA* (1929-1933)¹

Paulo Ricardo Bonfim
Moysés Kuhlmann Jr.

Eixo Temático: Pesquisa, Educação e seus Fundamentos

Este trabalho tem como escopo principal examinar algumas das propostas voltadas à educação, em sentido *lato*, no âmbito da Eugenia brasileira, particularmente com base na análise do *Boletim de Eugenia*, periódico idealizado e dirigido pelo farmacêutico, médico e eugenista Renato Ferraz Kehl, editado entre os anos de 1929 e 1933. Investigam-se aspectos da constituição e composição do movimento eugênico brasileiro, nas primeiras décadas do século vinte, detendo-se, especialmente, nas discussões e propostas relativas à educação entre os interlocutores engajados no debate eugênico, num contexto social fortemente marcado pelo apelo nacionalista e pelas expectativas de progresso nacional. Dentre as principais fontes documentais analisadas na pesquisa, destacam-se o livro *Annaes de Eugenia*, coletânea organizada por Renato Kehl, em 1919, reunindo atividades e artigos produzidos pela efêmera Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), as *Actas e Trabalhos* do Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), realizado em 1929, e as edições do *Boletim de Eugenia*; obras especializadas de eugenistas, legislação relativa ao tema e jornais e revistas da época complementaram o *corpus* documental da pesquisa realizada.

Após situar o contexto em que se desenvolveram os debates eugênicos no Brasil, será desenvolvido o objetivo principal desta breve exposição: apresentar o *Boletim de Eugenia* como conjunto documental de relevância para a investigação da inserção da Eugenia na sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século vinte. Serão evidenciados, pelo cotejo crítico com outras fontes primárias, igualmente importantes para a história da difusão e reelaboração dos ideais eugênicos pelos intelectuais brasileiros, os limites de uma leitura hermética deste periódico como porta-voz do movimento eugênico brasileiro, pela explicitação e omissão de divergências e consensos em suas páginas. No cotejo do *Boletim* com outros registros, igualmente representativos, buscamos elementos que contribuíssem para sua melhor caracterização, como publicação especializada no âmbito do movimento eugênico brasileiro, e permitissem uma avaliação mais abrangente

¹ Este texto tem como base a dissertação de mestrado defendida, em dezembro de 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, na linha de pesquisa em História, Historiografia e Ideias Educacionais, sob orientação do Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr.; contou, ainda, com o apoio do CNPq. Projetos: Educação e Relações Sociais na História (Auxílio à Pesquisa-Universal) e Historiografia da Educação: Relações Sociais e História (Bolsa de Produtividade).

das propostas voltadas à educação em meio às diversas orientações presentes entre os eugenistas da época.

A pesquisa se apresenta como contribuição à história da educação brasileira, aprofundando a análise sobre a relação entre Eugenia e educação no Brasil, particularmente nas primeiras décadas do século passado, distinguindo expectativas e projetos, tensões e composições, onde somente pelo olhar desatento ou pelo julgamento apressado pode-se encontrar um projeto eugênico, bem como uma educação eugênica, como extensão direta dos movimentos estadunidense e europeus, sobretudo naquilo que se convencionou chamar, nos estudos especializados, de Eugenia “negativa”. Diversos foram os caminhos que levaram intelectuais, políticos e profissionais liberais ao debate das ideias eugênicas, principalmente no tocante às questões e propostas para a educação, matizando a apropriação e a ressignificação da ciência eugênica em nosso país.

O Contexto Social e Intelectual

No final do século dezenove e início do século vinte, em meio a debates acerca da modernização das instituições e do revigoramento da nação, *progresso* e *ciência* coadunavam-se perfeitamente ao ideal civilizatório que informava as elites da sociedade republicana na interpretação dos problemas nacionais e na identificação dos meios para saná-los. O contexto sociocultural da época era fortemente marcado pela difusão internacional dos padrões legitimadores do Estado-Nação moderno, com destaque para as Exposições Internacionais e os diversos congressos e associações científico-culturais que se difundiam no período, voltados à socialização de modelos de progresso nos mais diversos setores da sociedade, dentre eles a saúde e a educação (KUHLMANN JR., 2001).

Dentre os desafios que particularizavam a sociedade da época, podemos destacar: as dificuldades de acesso a direitos e cidadania às populações negras e mestiças, herança dos séculos de escravidão; a oferta limitada de saneamento e instrução pública; o crescente contingente de imigrantes que chegavam ao país, inspirando intelectuais na busca de alternativas, de corte racista, para o revigoramento do elemento nacional pelo branqueamento da população; e o acelerado processo de urbanização das principais cidades. Nos espaços urbanos, fustigados pelos impactos de um crescimento desordenado, conviviam-se com elevadas taxas de mortalidade, sobretudo infantil, surtos epidêmicos e os efeitos cada vez mais evidentes das contradições entre capital e trabalho, como denunciavam as inúmeras greves que o período registrou.

Por outro lado, o prestígio alcançado pela ciência, nesse período, tornava-a extremamente influente no meio social e político fazendo de seus representantes conselheiros prudentes, ávidos por intervir na organização social, de forma a ordená-la à

conveniência da ordem social instituída. Nesse contexto, a busca por identificar as causas do atraso brasileiro e a repercussão dos avanços no terreno da ciência, com destaque para os impactos da teoria de Darwin nos estudos da sociedade, inspiração tanto para o evolucionismo social de Spencer quanto para os estudos eugênicos inaugurados por Galton, criaram um ambiente intelectual receptivo às “modernas teorias” que prometiam o progresso nacional por meio do melhoramento do perfil racial da população.

Para muitos intelectuais do período, o atraso brasileiro explicava-se pelo perfil racial, uma fraqueza nacional, segundo apontavam os teóricos da desigualdade das raças humanas, como Gobineau e Agassiz. No Brasil, o médico e antropólogo Nina Rodrigues, desde o final do século dezenove, identificava nas supostas desigualdades raciais as causas fundamentais da disparidade social verificada, insistindo que a igualdade política, instituída pelas leis, não poderia compensar as desigualdades moral e física impostas pela natureza das raças (CORRÊA, 1998). Não faltaram intelectuais a defender a superação das mazelas nacionais por meio do branqueamento da população, otimistas na aposta da miscigenação do brasileiro com o imigrante europeu, tal como Silvio Romero e João Batista de Lacerda (SCHWARCZ, [1993] 2012). Quando o fluxo imigratório se arrefeceu, por força da Grande Guerra (1914-1918), outras alternativas foram postuladas como capazes de melhorar o perfil populacional, em consonância com as expectativas nacionalistas tão em voga naqueles tempos, prometendo revigorar as classes populares pelos efeitos reformadores do saneamento e da educação (CASTRO-SANTOS, 1985; 2008).

As demandas sociais nas áreas da educação e da saúde pública mobilizavam diversos agentes sociais, em associações e sociedades de caráter científico-cultural, envolvidos nos debates sobre os caminhos prudentes, seguros, para o progresso da nação, geralmente à luz das “modernas” teorias sociológicas, educacionais, medico-higienistas e eugênicas em difusão no período. É nesse ambiente intelectual matizado pelas discussões acerca do progresso da nação que a Eugenia se difunde sob a promessa de melhoramento humano, atraindo os olhares entusiastas das elites republicanas. Particularizando a vertente eugênica brasileira, como sugere a historiadora Nancy Stepan (1985; 2005), a campanha sanitária – e, diríamos, a educacional também – tornou-se uma importante porta de entrada para os ideais eugênicos de regeneração da população nacional, forjando uma experiência singular, bastante distinta daquela em desenvolvimento na Europa e Estados Unidos. Num período de nacionalismo exacerbado, ganhavam força as propostas que apontavam para a urgência de uma regeneração física e moral da população, visando à formação de uma nação saudável e ordeira, capaz de conduzir o país ao desejado progresso, sem, convenientemente, subverter as relações vigentes de dominação e subordinação social, em tempos de organização do movimento operário.

Apropriação e Ressignificação da Eugenia no Brasil

É importante frisar que o desenvolvimento da “Ciência de Galton”² no Brasil não se deu como um pálido reflexo dos seus progressos nos países europeus e nos Estados Unidos; tampouco deixou de dialogar com as principais correntes internacionais. Stepan (2005), em pesquisa de fôlego sobre a difusão da Eugenia de seu local de criação, na Europa, para outras áreas do globo, como a América Latina, chamou atenção para a necessidade de se investigar a “apropriação seletiva” de ideias e teorias em contextos distintos daqueles que as originaram. Essa advertência metodológica tem o sentido de se evitar generalizações e julgamentos apressados, bem como a suposição de uma dinâmica centro-periferia na difusão internacional dos conhecimentos científicos, colocando-os, dessa forma, em relação com as tensões sociais, políticas e econômicas singulares a cada sociedade.

Também não se pode afirmar que o movimento eugênico brasileiro constituiu um campo de debate homogêneo, produzindo consensos quanto à definição de seus fundamentos e aplicações sociais. Difícil é dizer qual era o significado preciso dessa ciência entre os nossos eugenistas, dada a diversidade de perspectivas presentes nessa construção.

No Brasil, as primeiras aproximações com a Eugenia datam já do final do século dezenove, com algumas referências ao tema feitas pelo médico Alfredo Ferreira de Magalhães, à frente da cadeira de “Biologia e Higiene Geral” do Instituto Normal, no estado da Bahia (KUHLMANN JR., 2001). Na década de 1910, aparecem os artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho, este último com uma matéria publicada, em 1912, no jornal *O Estado de S. Paulo*, noticiando as ideias e a organização do movimento eugênico na Inglaterra.

Mas será com o empenho pessoal de Renato Kehl que a propaganda eugênica alcançará maior visibilidade em meio à intelectualidade da época. Kehl tornou-se uma das mais emblemáticas figuras do movimento eugênico brasileiro, com intensa atividade política na divulgação científica, fundando associações, ministrando palestras, atuando em órgãos públicos, escrevendo para inúmeros jornais, publicando diversos livros, concedendo entrevistas a rádios e criando um periódico dedicado exclusivamente à propaganda eugênica.

² A Eugenia também foi popularizada como “Ciência de Galton”, em referência ao seu criador, o cientista britânico Francis Galton (1822-1911), meio-primo do naturalista Charles Darwin. Galton teria se entusiasmado com as teorias de seleção natural das espécies, contidas na célebre obra “Origem das Espécies” (1859), o que o levou a iniciar estudos sobre a variedade hereditária humana e, particularmente, sobre a ideia de sobrevivência dos mais aptos na luta pela vida, construindo as bases de sua ciência do melhoramento humano. É de sua autoria a palavra “eugenia”, criada, em 1883, para designar o melhoramento biológico da raça por meio da reprodução seletiva.

Dentre as iniciativas de Kehl, destaca-se a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), em 1918, tendo como presidente uma das mais importantes personalidades da classe médica de então, o influente Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da recém-criada Faculdade de Medicina de São Paulo. A entidade, da qual Kehl era o principal articulador, ocupando o cargo de secretário geral, representa o marco da institucionalização da Eugenia no Brasil, a primeira associação do gênero na América Latina, fundada poucos anos depois das pioneiras sociedades inglesa e francesa. A SESP reunia interessados de diversas áreas, congregando médicos, sobretudo aqueles alinhados ao sanitarismo, juristas e educadores, em uma iniciativa que trazia no bojo das preocupações com o melhoramento humano, as expectativas de progresso civilizatório tão em voga entre as elites da época. Com a morte de seu presidente e a mudança de Kehl para o Distrito Federal, casando-se com Eunice Penna, filha do médico e sanitarista Belisário Penna, a sociedade eugênica perdeu força, embora tenha mantido, por algum tempo, algumas atividades, realizando conferências de propaganda, auxiliando na formação de outros núcleos eugênicos e publicando os *Annaes de Eugenia*. No Rio de Janeiro, Kehl passou a militar na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada, em 1922, pelo psiquiatra e eugenista Gustavo Riedel, à época, diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Esta associação reuniu nomes de destaque da elite intelectual do país, atraindo médicos, educadores, jornalistas, entre outros profissionais, representando um espaço de forte ressonância do debate das ideias eugênicas e constituindo-se, nacionalmente, como um centro irradiador da higiene mental, antecedendo a criação de outras ligas, como a paulista, a pernambucana e a gaúcha (MARQUES, 1994; REIS, 1994; DIWAN, 2011; KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009).

Em linhas gerais, o movimento eugênico brasileiro manteve forte relação com as campanhas sanitárias e educacionais, difundindo-se em propostas de caráter “preventivo” e “positivo”, distinguindo-se dos movimentos eugênicos europeus e estadunidense, mais atrelados às propostas e medidas de cunho “negativo”. A diversidade de orientações em debate, registrada nas *Actas e Trabalhos* do CBE, não deixa dúvidas quanto às divergências entre aqueles que pautavam a Eugenia em termos raciais e os que encaminhavam os problemas relativos à melhoria eugênica da população em termos sociais, destacando o valor das iniciativas nos campos educacional e sanitário, rechaçando vigorosamente as teses racistas como aporte teórico dos estudos eugênicos.

O Boletim de Eugenia (1929-1933)

Em 1929, após retornar de uma viagem ao norte da Europa, Renato Kehl empreende mais uma iniciativa de propaganda em prol da Eugenia, dessa vez um periódico dedicado à

“cruzada eugênica”, numa perspectiva mais alinhada à Eugenia difundida nos Estados Unidos e na Europa. A publicação, editada com recursos de seu próprio diretor, veiculava pequenos artigos de destacados intelectuais, geralmente médicos, do país e do exterior, versando sobre temas diversos, sempre voltados à popularização da Eugenia, apresentando seus principais conceitos e propósitos, em geral numa perspectiva mais restritiva. Kehl teria regressado convicto da necessidade de imprimir um novo ritmo à divulgação e institucionalização da Eugenia no Brasil, tal como se experimentava em países como a Alemanha e a Inglaterra. Muitos dos textos veiculados eram de sua autoria ou traduzidos por ele. Com uma tiragem inicial de mil exemplares, o periódico totalizou 42 números, inicialmente com uma periodicidade mensal, até 1931, passando, nos dois últimos anos, a circular como uma edição trimestral; em geral, cada exemplar apresentava entre 4 e 10 páginas, com textos geralmente curtos, apresentados em uma impressão monocromática e, eventualmente, com algumas imagens. A fim de ampliar o seu alcance, Kehl remetia, com frequência, exemplares de seu periódico a autoridades públicas e estudiosos, do Brasil e do exterior, bem como a vários jornais do país.

Até o quinto exemplar, referente ao mês de maio de 1929, o periódico foi uma publicação exclusivamente avulsa, distribuída gratuitamente a quem o solicitasse. Por convite de Theophilo de Almeida, um colega dos tempos da academia, Kehl aceitou incorporá-lo à *Revista Medicamenta*, como uma separata, preservando, contudo, a propriedade sobre o periódico, bem como a tiragem avulsa de mil exemplares. Com a incorporação à prestigiada revista, “uma das mais acatadas e apreciadas revistas medicas brasileiras”, Kehl via a possibilidade de ampliar, ainda mais, os horizontes de sua campanha em prol da Eugenia, sobretudo entre a intelectualidade médica (KEHL, 1929a, p. 1).

A publicação manteve-se sob a direção de Kehl e como separata da *Revista Medicamenta* até dezembro de 1931, alcançando o exemplar de número 36. A partir do ano seguinte o periódico passou por importantes mudanças de ordem institucional e editorial. Assim, pode-se distinguir duas fases na trajetória deste veículo: de 1929 até 1931, quando a direção estava sob a responsabilidade direta de seu fundador, sendo publicado mensalmente na capital federal; e os dois últimos anos de circulação, já sob a responsabilidade de Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., destacados cientistas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), momento em que a publicação transforma-se em uma edição trimestral, com um número maior de folhas, e passa a ser editada no interior paulista, na cidade de Piracicaba.

Enquanto esteve sob a direção de Domingues e Piza Jr., o periódico manteve as características que Kehl lhe atribuía, divulgando, na maioria dos textos, uma Eugenia mais próxima às perspectivas em avanço nos Estados Unidos e na Europa, diferenciando-se, dessa forma, das orientações eugênicas mais atreladas ao sanitarismo, perfil que Stepan

(1985; 2005) identificou no movimento eugênico brasileiro, bem como na experiência latino-americana. Em favor de uma Eugenia definida em termos mais estritos, o periódico, como uma publicação particularizada pela experiência de seus editores, não foi capaz de representar o movimento paulatino de esvaziamento das perspectivas atreladas ao preconceito racial, em meio às discussões sobre o melhoramento eugênico da população brasileira. De um lado, assistia-se ao crescente prestígio das teorias culturalistas, entre nós imediatamente identificadas com a sociologia cultural de Gilberto Freyre; de outro, a campanha sanitaria, da qual se favoreceu o movimento eugenista brasileiro, ganhava força, rechaçando a ideia de uma degeneração da população brasileira pela mestiçagem, por reconhecer na falta de saneamento, no analfabetismo e na falta de educação higiênica as causas primeiras das mazelas nacionais.

O *Boletim de Eugenia* parou de ser editado quando alcançou o exemplar referente ao trimestre de abril a junho, de 1933. Segundo a pesquisadora Paula Arantes Habib (2010), as correspondências trocadas entre os diretores do periódico não elucidam o motivo que teria levado à interrupção do periódico.

Eugenia e Educação no Boletim de Eugenia (1929-1933)

Cotejando os textos publicados no *Boletim de Eugenia* com outras fontes igualmente relevantes para o estudo Eugenia no Brasil, e considerando, ainda, a repercussão dessas ideias nas páginas da imprensa diária, foi possível definir parâmetros metodológicos que favoreceram, na sondagem dos temas educacionais, situar o periódico no horizonte do debate eugênico no país, ao invés do contrário, o que levaria ao equívoco de reduzir o pensamento eugênico brasileiro às perspectivas representadas nas páginas daquela publicação.

Em síntese, o periódico refletiu as inclinações de Kehl após o retorno da viagem que realizou a Europa, em 1928, momento em que se aproximou de uma perspectiva eugênica mais severa, atenta à “boa procedência das sementes”, pela qual as ações educacionais agiriam na socialização das medidas adequadas à geração de bons descendentes, principalmente através de uma educação moral, rigidamente orientada por preceitos eugênicos, que na prática atuaria de forma a perpetuar preconceitos, inculcando, desde cedo, a ideia de superioridade racial do tipo caucasiano sobre os demais, principalmente em relação aos mestiços. Nesse sentido, uma educação eugênica, tal como viria a ser preconizada pela Constituição de 1934,³ teria um impacto mais profundo no plano cultural por favorecer a manutenção de desigualdades naturalizadas como um dado biológico.

³ Artigo 138, alínea b: “estimular a educação eugênica” (BRASIL, 1934, s/p).

Entretanto, não se pode inferir, pela perspectiva identificada no periódico, que o movimento eugênico brasileiro apresentou idêntica inflexão em favor de uma Eugenia “negativa”. Orientações diferentes desta coexistiram e predominaram no encaminhamento das questões eugênicas no Brasil. Com base nas pesquisas realizadas, pode-se afirmar que as questões relativas à educação estão presentes entre os temas abordados pelos autores que publicavam no *Boletim de Eugenia*, inclusive nos textos de autoria do próprio Kehl. De maneira geral, guardam correspondência com as orientações eugênicas em repercussão no periódico, identificando-se com as ideias de seus diretores. Assim, na maioria dos artigos que versaram sobre temas educacionais seus autores lhe atribuíram um caráter “auxiliar” ou “complementar” em relação às propostas eugênicas de caráter mais estrito, algumas delas de corte racista, geralmente elaborando recomendações de educação eugênica nas escolas – para muitos autores, uma necessidade desde o ensino primário. Outros frisavam o papel “paliativo” e, portanto, “limitado” dos investimentos em educação e higiene pública para a consecução dos objetivos eugênicos de melhoramento da população, acusando, muitas vezes, a ineficácia da aplicação de recursos públicos com políticas sociais voltadas ao atendimento dessas demandas, nos planos mais amplos de regeneração da população brasileira.

Quanto às referências explícitas à educação eugênica nas escolas, muitos autores a definiram como “educação sexual”, visando uma adequada preparação, desde a infância, para “escolhas acertadas” no enlace matrimonial, por exemplo, submetendo-se e, ao mesmo tempo, exigindo do parceiro ou parceira a realização do exame pré-nupcial. Tratava-se de apostar numa educação moral como forma de combater a proliferação dos “venenos da raça”, privilegiando as uniões entre indivíduos considerados “eugenizados” e desestimulando, pelo convencimento do “mal” que transmitiriam à sua descendência, os casamentos com pessoas consideradas “inaptas”. Uma educação eugênica nas escolas cumpriria a função social de operar uma mudança no perfil cultural e comportamental da população, garantindo, assim, as condições necessárias à eugenização da nacionalidade pela ação do próprio indivíduo, consciente de seu dever com a pátria, mas também pela aceitação de uma eventual e “desejada” atuação do Estado, na implementação de medidas mais radicais, como a esterilização de deficientes, doentes e criminosos.

Outra consideração presente nas páginas do periódico refere-se à proposta de adequação da educação ao “tipo eugênico” do educando, considerado em suas “condições inatas”. No artigo *Educação e Eugenia*, Kehl sugere que, tal como a medicina define a terapêutica tendo em vista o seu paciente, a pedagogia deveria considerar primeiro o educando para depois definir o tipo de educação que lhe caberia. Recorre, então, à sentença moral, de valor axiomático, “quem é bom já nasce feito”, para avançar em suas conclusões de uma educação desigual aos desiguais (KEHL, 1929b, p. 1-2).

Considerações Finais

O *Boletim de Eugenia* destaca-se como uma das principais fontes para o estudo da apropriação e difusão da Eugenia pela intelectualidade brasileira, mas, certamente, esse periódico não traduz a amplitude do debate eugênico no período. O exame dos trabalhos apresentados no CBE fornece um panorama mais amplo acerca das tensões e composições em torno das ideias e propostas eugênicas em voga, dada a heterogeneidade dos profissionais e das perspectivas teóricas que o evento reuniu. A análise dessas fontes, oportunamente confrontadas, fornece elementos para uma compreensão mais apurada das divergências que marcaram esse debate, expondo as contradições que atuavam dentro do movimento e participavam no processo de seleção e remontagem de ideias e práticas, elaborações e alterações criativas, por profissionais de áreas diversas (STEPAN, 2005).

Nesse sentido, as advertências de Jacques Le Goff (2003) sobre a necessária e indispensável crítica aos documentos/monumentos foram especialmente profícuas para que na leitura das fontes não tomássemos o escrito como veredicto final, expressão objetiva da história. Pelo confronto de fontes diversas, evitamos os riscos de uma leitura hermética do *Boletim de Eugenia*, como se dele pudéssemos obter uma representação da amplitude de perspectivas que o movimento eugênico brasileiro comportou. Nessa linha de trabalho, exploramos as controvérsias como forma de compreender as polêmicas e consensos que o movimento eugênico produziu, em relação dinâmica com outros temas candentes no período, como as campanhas em prol do saneamento e da educação.

O trabalho com a imprensa diária e os periódicos semanais permitiu avaliar a repercussão social dos temas e eventos analisados, explorando melhor a relação de eugenistas com segmentos sociais diversos, na forma como se dirigiam a um público mais amplo no encaminhamento das questões eugênicas, bem como possibilitou analisar melhor de que maneira se relacionavam com as questões urgentes de seu tempo.

A historiografia especializada (MARQUES, 1994; STEPAN, 2005; SOUZA, 2006; DIWAN, 2011) não identifica uma concepção consensual de Eugenia a orientar os intelectuais brasileiros envolvidos no seu debate e difusão, seja em relação à identificação de seus fundamentos teóricos, seja na explicitação de seus propósitos e métodos. Assim, o termo Eugenia cerca-se de uma inescapável imprecisão, sobretudo quando se trata de aquilatar a importância da higiene e da educação na consecução dos objetivos de melhoramento humano. Sucintamente, pode-se dizer que a Eugenia brasileira foi produto de uma construção polissêmica, sem consenso geral, ora realçando-se continuidades, ora enfatizando-se rupturas com práticas e propostas de interlocutores diversos, envolvendo médicos, políticos e educadores brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BONFIM, P. R. **A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acessado em: 20 jun. 2013.
- CASTRO-SANTOS, L. A. **O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade**. In: Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1985. p. 193-201.
- _____. **Reabrindo o debate sobre Nagle: a educação e a saúde na historiografia brasileira**. In: RBHE, n. 16, jan/abr, 2008. p. 47-62.
- CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998.
- DIWAN, P. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2011.
- HABIB, P. A. **Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937)**. 2010. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.
- KEHL, R. Boletim de Eugenia e “Medicamenta”. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6-7, jun.-jul. 1929a.
- _____. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, set. 1929b.
- KOBAYASHI, E.; FARIA, L.; COSTA, M. C. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. In: Sociologias. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22, jul/dez, 2009. p. 314-351.
- KUHLMANN JR, M. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.
- LE GOFF, J. **Historia e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Editora da Unicamp, 1994.
- REIS, J. R. F. **Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- SCHWARCZ, L. M. (1993) **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- SOUZA, V. S. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.
- STEPAN, N. L. **Eugenesis, genética y salud pública: el movimiento eugenésico brasileño y mundial**. In: Quipu, Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, vol. 2, n. 3, México, 1985. p. 351-384.
- _____. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.